



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Martins Aragão, Raul

Uma Tipologia de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua Baseada na Análise de Aglomerados
(Cluster Analysis)

Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 15, núm. 2, 2002, pp. 251-260

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18815203>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Uma Tipologia de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua na Análise de Aglomerados (*Cluster Analysis*)

Raul Aragão Martins¹

Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto

Resumo

Crianças e adolescentes em situação de rua vêm sendo estudados de forma sistemática desde a década de 1970. Nos primeiros estudos procuraram quantificar esta população, e posteriormente, para melhor conhecê-los, surgiram tipologias baseadas em dois critérios, como tempo de permanência na rua, ou dois, tempo mais vínculo familiar. Com a finalidade de oferecer um procedimento de classificação, e uma tipologia, este estudo aplicou a análise de aglomerados *Cluster Analysis* a dois grupos de participantes de grupos de rua. Para o primeiro grupo foram selecionados 12 critérios e para o segundo grupo, 7, em ambos os grupos, em 3 aglomerados distintos. Foram também comparados estes resultados com censo de 1991, realizado há 4 anos. Resultados mostraram que este tipo de análise é útil na classificação destas crianças, que por sua vez, pode melhorar o planejamento e ações de políticas públicas para o setor.

Palavras-chave: Crianças de rua; tipologia; uso de drogas; análise de aglomerados.

A Typology of Street Children Based on Cluster Analysis

Abstract

Street children and teenagers have been studied in a systematic way since the seventies. The first studies sought to quantify this population, and afterwards in order to know them better, typologies appeared based on the period in the street and their family relationship. In order to offer a classification procedure, this research applied cluster analysis on two groups. The first one is composed by almost all downtown street children of a city in the state of São Paulo, with 67 children and teenagers in total, and the second a sample of 31 children from two neighborhoods of the same city all from the street. For the first group 12 criteria were chosen and for the second group, 7, which resulted in 3 different clusters. These results were also compared with the street children census of 1991, four years ago. The results showed that this type of analysis is useful for children's classification, and by this way, it can improve the planning and public political actions for this section.

Keywords: Street children; typology; drug use; cluster analysis.

Crianças ou adolescentes perambulando pelas grandes cidades é um fenômeno antigo: encontramos referências na literatura, em personagens isolados, como *Oliver Twist* de Charles Dickens (1956) ou em grupo, como os *Capitães da Areia* de Jorge Amado (1965). Geremek (1995), estudando a forma como a literatura européia, entre 1400 e 1700, retrata a vida de vagabundos e miseráveis, destaca

coincidentemente, esse foi o Anjo Negro, promovido pela ONU, e esse fenômeno, menos em nosso país, uma grande preocupação em prol do bem-estar da criança.

Antes de vermos essa preocupação como simples consequência de pressões internacionais, como a ONU, P

de terceira geração” relativos ao meio ambiente, consumidores e desenvolvimento.

A consolidação desses direitos se faz na doutrina dos direitos humanos, doutrina esta que dá sustentação à questão da cidadania. Marshall (citado em Pilotti, 1995) expõe da seguinte forma:

O conceito de cidadania compreende direitos civis, necessários para garantir a liberdade individual; direitos políticos, indispensáveis para permitir a participação do exercício do poder; e os direitos sociais, que cobrem a gama de direitos requeridos para assegurar que, dentro dos padrões de uma sociedade dada, cada indivíduo possa desfrutar da segurança oferecida pelo bem-estar econômico, compartilhar plenamente a herança sócio-cultural e viver digna e civilizadamente. (Pilotti, 1995, p. 21)

Em 1989, a ONU aprova a Convenção dos Direitos da Criança, colocando-a como sujeito de direito e como cidadão privilegiado, dentro do princípio da proteção integral, e nosso país, já em 1990, como decorrência de discussões em âmbito nacional, aprova o Estatuto da Criança e do Adolescente de acordo com essa nova orientação (CONDECA, 1996). Nesse contexto, veremos o que foi produzido nesses quase 20 anos de pesquisas, a evolução da definição de crianças de rua e sua origem.

Ao revisarmos estudos sobre crianças em situação de rua, encontramos, num primeiro momento, artigos falando sobre o tema em vários periódicos e relatórios técnicos (Aptekar, 1991; Carrizosa & Poertner, 1992; Cosgrove, 1990; Lusk, 1992; Oliveira, Baizerman & Pellet, 1992; Unicef, 1991, 1993), sendo que a maioria deles retrata países em desenvolvimento, principalmente os da América Latina.

Estes textos apresentam duas características principais: a primeira afirma que existem cerca de 80 milhões de crianças em situação de rua no mundo, 40 milhões delas vivendo na América Latina (que tem somente dez por cento da população mundial), e dessas 40 milhões, metade vivendo em nosso país. Esses números talvez tenham saído de projeções da população geral do mundo, e

crianças e adolescentes em situação de rua são pobres. Procurando ver como estas crianças vêm sendo categorizadas, Martins (1996b) e encontra como ponto inicial a definição da Inter-NGO (1983, citado em Martins, 1996b), também, pelas Nações Unidas (ICCB, Martins 1996b):

Uma criança de rua é qualquer menino ou menina que alcançou a idade adulta e para quem a rua (rua) se tornou a palavra, incluindo casas abandonadas, tornando-se sua habitual fonte de vida e que não é protegida, supervisionada ou orientada por responsáveis. (p. 36)

Em 1986 a Unicef apresenta nova tipologia de crianças de rua, com base em três itens, em que o principal ponto é a presença de suporte familiar. Dessa forma, temos: a) “candidatos para trabalhar na rua mas vivendo com suporte familiar”; b) “criança na rua” com suporte familiar ou esporádico”; c) “criança de rua”: “sem suporte familiar.” Assim, temos, num primeiro momento, a simples constatação da presença de crianças de rua e “fora do controle” das famílias. Em um segundo momento, começamos a falar de uma tipologia baseada no contato familiar.

Posteriormente Lusk (1992) propõe um trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua no Rio de Janeiro, a seguinte classificação: a) crianças de rua com base familiar; b) crianças de rua independentes de família; c) crianças de rua sem base familiar de famílias de rua (Lusk, 1992). Essa classificação incorpora um segundo elemento ao conceito de trabalho. É reconhecido que estas crianças não são simplesmente perambulando o dia inteiro, mas sim, usando este espaço para busca de recursos. Outros autores procuram descrever a situação de crianças e adolescentes em situação de rua, sem a intenção de formar uma tipologia, mas salientando a situação de pobreza, por si só, não caracteriza a condição de rua.

baseando-se em duas dimensões que considera essenciais: a pessoa e o meio.

Essas dimensões são melhor entendidas por meio dos indicadores sociais associados a elas. Assim, temos a família, ou melhor, o nível de envolvimento familiar, como indicador de meio ambiente e comportamentos aceitos pela comunidade (adesão às normas) como indicador de pessoa. Por sua vez, cada um desses indicadores apresenta três níveis de envolvimento ou adesão. Assim, envolvimento familiar é classificado em efetivamente envolvido, inconsistentemente envolvido e sem envolvimento, e adesão às normas em adesão essencial, adesão inconsistente e não adesão. A combinação desses níveis permite chegar-se a nove tipos que incluem crianças e adolescentes em situação de rua, candidatos a crianças e adolescentes em situação de rua, sujeitos com problemas de ajustamento, pseudocrianças e adolescentes de rua e crianças e adolescentes que não são de rua.

Em contraste com as definições anteriores, em que o foco é situado nas relações sociais, a tipologia de Cosgrove (1990) é baseada no próprio sujeito, isto é, a criança em situação de rua seria resultado da combinação de envolvimento familiar pobre com a não adesão às regras aceitas pela comunidade.

Martins (1996a) realizando censo das crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de São José do Rio Preto, São Paulo, encontra dificuldades para classificar os seus dados, usando as tipologias existentes, dessa forma faz uma crítica e apresenta uma proposta baseada na busca de renda, alimentação, local de repouso e lazer, que resultou nos seguintes tipos:

Tipo 1: Crianças e adolescentes que buscam renda para família (e/ou para seu próprio sustento) e alimentam-se nas ruas, onde passam a maior parte do dia, dormem freqüentemente em casa e têm lazer no bairro em que moram ou nos logradouros públicos em que trabalham. Vínculo familiar estável.

Tipo 2: Crianças e adolescentes que buscam renda para

por três motivos principais, q
ou conjugadamente: a) pais tr
de casa e não têm outro ad
para tomar conta das crianças
escola; b) ambiente familiar n
da criança); c) a residência n
permanência da criança (vive
familiar estável.

O último ponto, origem des
pode ser melhor entendido
Aptekar (1996), que usando r
mostra que existiam cerca de
adolescentes pobres, abaixo
cidades dos países em desenv
censos, feitos nas grandes c
números desses indivíduos q
como sobrevivência é muito
1994; Rizzini & Rizzini, 1990
brasileiros e Aptekar, 1996, par

Analisando os estudos Apt
para a origem de crianças e a
rua: a pobreza, a violência dom
própria sociedade. Considera
este fenômeno, precisamos ter
tomada isoladamente, não resp

Com a publicação de trab
contagens ou censos, encont
pequeno de crianças e adoles
primeiros números), usando o
de sustento próprio ou próprio
Rizzini & Rizzini, 1996; Ros
fato nos obriga a refletir a c
única responsável pela situaçã
hipótese explicativa tem sido a
ou não à pobreza, violência
responsáveis mentalmente en
lícitas ou ilícitas ou condiçõe
por último a questão da mode

e as várias tipologias surgiram justamente para dar conta dos vários aspectos que compõem essa população.

Mas estas tipologias são resultado de classificações feitas a partir de uma característica mais proeminente, como por exemplo, vínculo familiar ou tipo de atividade, sem levar em conta as várias facetas que estas crianças e adolescentes possuem. Revendo literatura sobre modos de classificação que envolvessem muitos objetos, com muitos atributos, a ferramenta mais usada, não só na Psicologia, como em outras áreas do conhecimento, notadamente na Biologia, é a Análise de Aglomerados (*Cluster Analysis*) (Danseco & Holden, 1998; Hair, Anderson, Tathan & Black, 1998; Manzato, 1983; Pereira, 1999; Romesburg, 1990). Esse procedimento procura agrupar objetos baseados nos seus atributos, podendo ser usada de modo exploratório ou confirmatório e apresenta as duas vantagens: não existência de pressupostos, como os exigidos para uma análise fatorial e a não necessidade de um número elevado de casos. Neste último ponto, temos, por exemplo, o estudo de Pereira e Saes (1995), que analisaram sete variáveis de desempenho científico em sete Institutos de Pesquisa.

Este estudo tem dois objetivos. O primeiro fazer uma análise exploratória de dois grupos de crianças e adolescentes, tidas como “crianças de rua”. O primeiro grupo permanece mais na região central e o segundo em dois bairros populares, na periferia de uma cidade de porte médio do interior do estado de São Paulo. Consideramos que o desenvolvimento de uma tipologia baseada em critérios mais precisos e acessíveis a outros pesquisadores contribua para um melhor conhecimento destas pessoas e, por sua vez, a definição e aplicação de políticas de atendimento mais adequadas. O segundo objetivo é levantar, entre os entrevistados neste censo, os que já tinham sido cadastrados no primeiro estudo (Martins, 1996a), para que tenhamos uma idéia do tempo de permanência destas pessoas na situação de rua.

Método

cuidado de lembrar que esses resultados são somados.

Na segunda técnica, o censo, as crianças são identificados e entrevistados, para isso por pessoas treinadas, que ficam mais tempo nessa abordagem, embora mais demore para obter dados mais precisos.

A escolha de uma dessas técnicas por um lugar, pelo tamanho da cidade a ser pesquisada, segundo, pelo tipo de política que se pratica na cidade em relação a crianças e adolescentes de rua. Desta forma, em função da alta ocupada pela cidade e sua população, a existência de inúmeros trabalhos sendo realizados com crianças e adolescentes carentes, a contagem traria dados importantes para o conhecimento desse segmento. Sendo assim, por ser uma cidade de porte médio, comporta adequadamente fazer esse censo com um custo pequeno podemos ter o resultado desejado.

A forma de tratar uma questão tão delicada, a saber, a de fazer-se um levantamento de crianças e adolescentes em situação de rua, e que já está estabelecida na bibliografia científica, requer porém o que não deve ser menos considerado: as características de cada situação em que trabalhamos com uma equipe formada por pesquisadores experientes, composta por seis pessoas atuando com esta população. Desta forma, a necessidade de treinamento específico.

Para entrevistarmos as crianças e adolescentes no primeiro lugar pedimos autorização ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, que foi concedido, e usamos o instrumento de pesquisa do primeiro censo (Martins, 1996a), acordado e considerados relevantes para este levantamento. Os resultados resultaram em quatro campos de informação: o primeiro chamado de identificação geral, com dados sobre a hora da entrevista e nome do entrevistado, o segundo chamado de identificação específica, com dados sobre a situação de rua, o terceiro chamado de identificação social, com dados sobre a família e o quarto chamado de identificação profissional, com dados sobre o trabalho.

de rua em São José do Rio Preto foram, também, cadastrados participantes de quatro programas voltados para populações sem supervisão adequada de adultos, programas pós-escola, e que embora compartilhem algumas características das crianças em situação de rua, elas têm um perfil diferenciado, que pretendo estar analisando em outro artigo.

Após esta introdução foi feita uma organização das variáveis, tendo em vista dois pontos. O primeiro que elas fossem semelhantes às variáveis estudadas em outras pesquisas e o segundo que permitissem uma delimitação da situação de vivência dos participantes. Desta forma, retiramos do campo identificação do participante as variáveis idade (crianças e adolescentes), sexo (masculino e feminino) e cor (pardos/negros e brancos). Dos dados gerais compactamos as informações atividade e motivo para estar na rua na categoria atividade (trabalho de ambulante, engraxate ou panfleteiro e atividade de esmolar, perambular, brincar ou dormir na rua); tempo de rua (menor ou igual a seis meses e maior que seis meses); dados escolares resultaram nas categorias sobre frequência à escola no ano de 1997 e 1998 e estar alfabetizado; local de alimentação, local de repouso e retorno para casa resultaram na categoria retorno diário para casa (sim ou não); participar de programa de apoio à criança e ou adolescente (sim ou não); uso de drogas (sim ou não) e procedência da família (da cidade local do estudo ou de outras cidades). Não utilizamos a variável brincar por dificuldade na coleta desta informação, assim como as informações do campo com dados familiares, que estão tendo uma análise a parte.

Após a organização das variáveis separamos os participantes em dois grupos: os entrevistados na região central da cidade e os dos bairros próximos às suas

residências. Esta divisão baseamos na divisão do espaço da rua e na visão que eles tinham de si e de suas atividades. Como os moradores dos bairros não se viam com a rua, consideramos que embora com um número pequeno de participantes (que não permitia a análise de dados de cidades com mais de um bairro), consideramos que estes dados nos dariam uma melhor compreensão da situação.

Em termos numéricos encontramos 31 adolescentes em situação de rua no grupo “Rua” e 31 no grupo “Bairro”. Estes participantes são divididos por sexo, cor e idade. A Tabela 1 mostra onde encontramos um predomínio de negros: 93% dos casos; dos adolescentes brancos: 60%. Dados, que correspondem aos encontrados no grupo “Bairro”.

No grupo “Bairro” encontramos um predomínio de sexo masculino, 68% da cor preta, 68% de adolescentes (Tabela 2). Em relação à idade, a maioria dos participantes são iguais apenas na idade, a maioria dos participantes são outros dois pontos: cor e sexo. A maioria dos negros e pardos, e o predomínio de negros não é tão grande.

Como já mostramos a identificação dos participantes de crianças e adolescentes em situação de rua em um grupo de vários estudos. Como os dados são classificados por um ou dois critérios, como o vínculo familiar ou tempo de permanência na rua, as categorias simplistas, que ao mesmo tempo não base para algum tipo de interpretação da informação, assim realizamos uma análise seguindo os passos propostos por Romesburg (1998) e Romesburg (1990).

Tabela 1

Grupo Rua por Sexo, Cor e Idade

| Feminino | Masculino |
|----------|-----------|
|----------|-----------|

Tabela 2
Grupo Bairro por Sexo, Cor e Idade

| Cor | Feminino | | | | | Masculino | | | | |
|-------|----------|---|---|---|---|-----------|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Idade | | | | | | | | | | |
| 10 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| 12 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| 13 | 1 | 1 | 4 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| 14 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2 | 2 | 2 | 0 | 0 |
| 15 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 2 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| 16 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 |
| 17 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Total | 1 | 3 | 6 | 0 | 1 | 5 | 5 | 7 | 2 | 1 |

Cor: 1 = branca; 2 = preta; 3 = parda; 4 = amarela; 5 = não-especificada

O primeiro refere-se aos objetivos da análise; aqui neste caso é o de compreender melhor como se agrupam as crianças e adolescentes entrevistados. Baseado neste objetivo trabalhamos com as 12 variáveis que consideramos como discriminadoras da situação de rua. Estas variáveis foram categorizadas em termos dicotômicos, por considerarmos uma forma mais simples de visualizarmos estes participantes, atribuindo o código “1” a presença e “0” para a ausência

do atributo que caracteriza a criança e o adolescente, a situação de rua, como por exemplo, se a criança ou o adolescente tenham frequentado a escola no ano de 1997 ou não, se tenham abandonado no de 1998 (Tabela 3).

O segundo passo refere-se ao delinear a metodologia que envolve a detecção de valores “inteiros” e a escolha da medida de similaridade para comparar e estandardizar ou não os dados. Quanto a

Tabela 3
Nome das Variáveis e sua Discriminação

| Variável | Código | Discriminação |
|-----------|--------|--|
| Atividade | 0 | Trabalho de ambulante, engraxate ou panfleteiro |
| | 1 | Atividade de esmolar, perambular, brincar ou dormir na rua |
| Sexo | 0 | Feminino |
| | 1 | Masculino |
| Cor | 0 | Negra ou parda |
| | 1 | Branca |
| Idade | 0 | Crianças |
| | 1 | Adolescentes |
| Tempo | 0 | Tempo de rua menor ou igual a seis meses |
| | 1 | Tempo de rua maior que seis meses |
| Escola 97 | 0 | Não frequentou à escola no ano de 1997 |
| | 1 | Frequentou à escola no ano de 1997 |

não temos valores “intrusos” por termos transformado as respostas originais em termos dicotômicos, o que já responde o terceiro ponto. A transformação das variáveis em termos de presença ou ausência se deveu a grande variedade de medidas usadas, o que recomendaria a estandardização destas medidas. A escolha da medida de similaridade recaiu sobre a *size difference* por ser uma das mais adequadas para dados dicotômicos e o método de aglomeração usado foi o de Ward (ver passo três).

O terceiro passo refere-se a seleção do método de aglomeração a ser usado. Em primeiro lugar optamos por um método hierárquico por não termos, *a priori*, uma variável que servisse de apoio para iniciar o processo de aglomeração (*cluster seed*). Desta forma, dentro dos métodos disponíveis, optamos pelo de *Ward*, por este usualmente promover ótimas soluções (Romesburg, 1990).

Realizada a análise e de posse do dendograma, partimos em busca da melhor configuração, que se evidenciou ao “cortamos a árvore” no nível de três aglomerados. Os participantes agrupados em cada um dos aglomerados mostraram distintas formas de relações com o espaço da rua (Tabela 4). Detalhando cada um, encontramos, as seguintes características:

- Aglomerado 1: chamados de “solitários” por predominar a falta de supervisão de adultos, com 27 dos casos, corresponde a 40,3% do total, tem 96% dos seus membros usando o espaço de rua para mendigar/perambular/brincar e usar drogas, 100% com tempo de rua alto, abandono progressivo da escola (70% não foi à escola em 1997, número que passou para 89% em 1998) resultando em 63% de analfabetos e 85% não retornando diariamente para casa.

- Aglomerado 2: chamado de “Bairro” por ser o menor grupo, com 11 casos, do total, tem 64% dos seus membros usando o espaço de rua para mendigar/perambular, metade faz uso de drogas (55%), 92% com tempo de rua alto, um quadro menor de abandono progressivo da escola (92% não foi à escola em 1997, caindo para 73% em 1998), número menor de analfabetos e 100% não retornando diariamente para casa.

- Aglomerado 3: chamado de “Rua” por ser o maior grupo, com 29 membros, dos casos, se caracteriza por muitos dos seus membros usando o espaço de rua como local de trabalho, 92% se envolveram com drogas, e 92% com tempo alto de rua. É o grupo com maior frequência à escola (93% em 1997, caindo para 89% em 1998) resultando na menor taxa de abandono progressivo da escola e 100% retornando à casa diariamente (analfabetos).

A partir das análises feitas, selecionamos as variáveis “Rua”, onde foram selecionadas as características caracterizadoras da situação de rua, formando uma nova matriz, com os participantes agrupados e com as variáveis que se aplicam ao novo conjunto, com sete variáveis: sexo, cor, frequência à escola em 1997, frequência em 1998, alfabetização, participação em atividades de drogas.

Com estas novas variáveis, procedemos aos procedimentos de análise aos aglomerados “Bairro”, e a partir do dendograma, “cortamos a árvore” no nível de formação de três aglomerados.

Tabela 4

Frequência e Porcentagem dos Participantes nos Aglomerados por Variáveis

| Variáveis | Aglomerado 1 | | Aglomerado 2 | |
|-----------|--------------|---|--------------|---|
| | f | % | f | % |

Tabela 5
Frequência e Porcentagem dos Participantes nos Aglomerados por Variáveis

| Variáveis | Aglomerado 1 | | Aglomerado 2 | | Aglomerado 3 |
|----------------------------|--------------|----|--------------|----|--------------|
| | f | % | f | % | f |
| Sexo masculino | 10 | 91 | 2 | 25 | 8 |
| Negros e/ou pardos | 8 | 73 | 5 | 62 | 12 |
| Frequência à escola 97 | 9 | 82 | 6 | 75 | 8 |
| Não frequência à escola 98 | 2 | 18 | 0 | 0 | 5 |
| Não alfabetizado | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Participação de programa | 2 | 18 | 1 | 12 | 9 |
| Usa drogas | 2 | 18 | 1 | 12 | 7 |

consideramos como explicativos deste grupo. Detalhando cada grupo encontramos os seguintes dados (Tabela 5):

- Aglomerado 1: chamado de “integrados”, com 11 participantes (35,5%), encontramos 86% dos membros do sexo masculino, praticamente todos na escola (82%), 100% deles alfabetizados e baixa participação em programas e uso de drogas (18%).

- Aglomerado 2: chamado de “integradas”, com 8 participantes (25,8%) e diferenciando-se, em relação ao Aglomerado 1, em função do sexo, com predomínio do feminino (75%) e frequência à escola em 1998, com 100%.

- Aglomerado 3: chamado de “risco”, com 12 participantes (38,7%), predomínio de negros e pardos (100%), maioria do sexo masculino (67%), menor frequência à escola (58%), maior participação em programas (75%) e uso de drogas (58%).

Quanto à representatividade dos participantes, consideramos que foram entrevistados praticamente todas as crianças e adolescentes que estavam em situação de rua na época do censo, que formaram o grupo “Rua”. O mesmo não pode ser dito em relação ao grupo “Bairro”, formado de moradores de apenas dois bairros de classe pobre, que foram construídos sob a forma de conjuntos habitacionais financiados pelo governo. Estes participantes foram alcançados por entrevistadores que moravam nestes bairros

crianças e uma adolescente. Quatro foram do “tipo 1” (busca de renda para família, aliado ao dia na rua, local de dormir em casa ou em família estável) e 3 como “tipo 4” (busca de renda próprio, alimentação e local de dormir em família instável ou ausente).

No cadastro de 1998, 2 continuaram no grupo (irmãos gêmeos), defasados de série, mas não usam drogas. Usam o espaço de rua para buscar renda para seu sustento e ajudar em casa (familiar estável). Dos outros 5 participantes, 2 saíram antes da escola e os outros 4 saíram antes da 4ª série do ensino fundamental, são considerados em risco, coincidentemente todos fazem uso de drogas e não têm vínculo familiar.

Discussão

Esta discussão procurará refletir os resultados deste censo em relação ao primeiro censo realizado na área e os resultados em si deste estudo. Os resultados deste estudo (Martins, 1996a) foram entrevistados 83 crianças e adolescentes, sendo 83 equivalentes ao grupo “Rua” e 48 ao grupo “Bairro”. Na comparação, temos uma redução no

aos classificados como tipo 4, existiam apenas 9 participantes (10,8%), que passaram para 27 casos, representando 40,3% do total, com um aumento de 66,6%. Este último resultado pode ter pelo menos duas explicações. A primeira seria a própria forma de classificação usada, e como algumas das variáveis levantadas neste estudo não foram levantadas no primeiro censo, não é possível aplicarmos esta metodologia para aqueles dados. A segunda seria um aumento real deste tipo de criança nas ruas a partir do ano de 1997, quando houve uma mudança na política de atendimento da cidade, com o fechamento da Casa da Criança e o progressivo desativamento do Projeto Santa Mônica (Martins, 2000).

No primeiro censo, entrevistamos 83 crianças/adolescentes, e destes somente 15 estariam com mais de 18 anos em 1998, o que os tornariam não elegíveis para este estudo. Deste universo ficaram 68 participantes que poderiam ainda estar em situação de rua, mas só foram entrevistados, neste estudo, sete destes participantes, que atualmente são adolescentes e permanecem em situação de rua. Este número nos mostra que passados 3 anos 18% deixaram a situação de adolescente e se tornaram adultos e dos 82% restantes somente 10,3% permaneceram nesta situação.

Reverendo estudos da área o primeiro a ser comparado é o de Lima (1992), com crianças e adolescentes que perambulavam pelo centro da cidade, foco desta pesquisa. Nesse estudo foram entrevistados somente os usuários de cola de sapateiro, que formavam um grupo de 20 pessoas. Como no primeiro censo não levantamos especificamente o uso de drogas, não temos este dado, mas neste estudo encontramos, no grupo “Rua”, usando o mesmo espaço do estudo de Lima, 32 participantes fazendo uso não só de cola de sapateiro como de outras drogas (*crack*, maconha e *thinner*), mostrando um aumento 37% neste grupo.

Todos os estudos posteriores ao do censo 1994/95 procuram conhecer aspectos particulares destas crianças e adolescentes, sem uma preocupação de levantamento geral da situação, em cada cidade onde foram feitos. Entre

Embora esta amostra possa não representar a população de rua, não temos como saber se o consumo de drogas sejam alta ou baixa. Neste estudo encontramos 40 crianças e adolescentes que participaram de algum programa de atendimento. 59,7% dos entrevistados e 30,3% não estavam usando algum tipo de droga. Comparados com os 78,1% do primeiro censo recente na cidade de São Paulo, há uma grande discrepância, o que pode estar relacionado ao fato de ser um grupo diferenciado para os que vivem na rua.

Finalmente, olhando os dados do primeiro uso da análise de aglomerados, encontramos uma classificação mais clara, com menos atributos que parecem ser discriminatórios. Na rua, não ficando na tradicional classificação de rua, duas variáveis, como vínculo com a família e atividade exercida na rua, que não definem o tipo tudo ou nada e agrupam com características diferenciadas. Os participantes parecem diferenciar claramente entre os que vivem solitários, desligando-se e trabalhando.

Os solitários correspondem ao “tipo 1”, com seus membros sendo predominantemente masculino, metade de negros, com alto índice de abandono da escola, não vivendo na própria cidade, participação mínima no atendimento, usando o espaço da rua para usar drogas e com retorno imediato para casa. A permanência desligada da rua, apesar de serem atendidos, mostra que a reinserção social, mostra que os programas não têm sido adequados. As intervenções repensadas, como por exemplo, a criação de um espaço imediato à escola, da qual foram excluídos, “não gostar” ou “dificuldade de acesso” programas devem inicialmente ser avaliados.

O segundo aglomerado, denominado “tipo 2”, um pequeno grupo em tríplice situação de rua, com

atendimento voltados para o fortalecimento do núcleo familiar são muito positivos e de custo relativamente baixo, principalmente quando comparado com o atendimento aos do aglomerado dos “solitários”, e principalmente aos que acabam enveredando pelos atos infracionais e são colocados em sistema de internato.

Finalizamos este artigo, salientando a necessidade de um conhecimento mais detalhado dos participantes de cada grupo, numa abordagem qualitativa, para preenchermos as lacunas sobre a realidade social, do ponto de vista deles. Principalmente, suas relações com a escola e o que, ou como, se constituem suas famílias.

Referências

- Alves-Mazzotti, A. J. (1997). Representações sociais de meninos de rua. *Educação e Realidade*, 22(1), 183-207.
- Amado, J. (1965). *Capitães da areia*. São Paulo: Martins.
- Aptekar, L. (1991). Are colombian street children neglected? The contributions of ethnographic and ethnohistorical approaches to the study of children. *Anthropology & Education Quarterly*, 22, 326-349.
- Aptekar, L. (1996). Crianças de rua nos países em desenvolvimento: Uma revisão de suas condições. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 153-184.
- Bonamigo, L. R. (1996). O trabalho e a construção da identidade: Um estudo sobre meninos trabalhadores na rua. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 129-152.
- Carrizosa, S. O. de & Poertner, J. (1992). Latin American street children: Problem, programmes and critique. *International Social Work*, 35, 405-413.
- CONDECA (1996). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.
- Cosgrove, J. G. (1990). Towards a working definition of street children. *International Social Work*, 33, 185-192.
- Daneco, E. R. & Holden, E. W. (1998). Are there different types of homeless families? A typology of homeless families based on cluster analysis. *Family Relations*, 47(2), 159-65.
- Dickens, C. (1965). *The adventures of Oliver Twist*. London, New York: Oxford University.
- Ferreira, R. M. F. (s.d.). *Meninos de rua. Expectativas, valores de menores marginalizados em São Paulo*. São Paulo: Ibrex.
- Geremek, B. (1995). *Os filhos de Caim*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Graciani, M. S. S. (1992). A construção social da identidade de meninos (as) de rua. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 2(1), 147-153.
- Hair, J. F., Anderson, R. E., Tatham, R. L. & Black, W. C. (1998). *Multivariate data analysis: With readings*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- Hutz, C. & Forster, L. M. K. (1996). Comportamento e atitudes sexuais de adolescentes de rua. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 7(1), 1-10.
- Manzato, A. J. (1983). *Análise hierárquica de agrupamentos nominais*. Dissertação de Mestrado não-publicada. Graduação em Estatística, Instituto de Matemática, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP.
- Martins, R. A. (1996a). Censo de crianças e adolescentes de rua em São José do Rio Preto. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 153-184.
- Martins, R. A. (1996b). Crianças e adolescentes em situação de rua: evoluções e políticas de atendimentos. Em S. H. Kolle (Org.), *Psicologia na melhoria de qualidade de vida de crianças e adolescentes*. ANPEP.
- Martins, R. A. (2000). Programa de apoio sociofamiliar a crianças e adolescentes em situação de rua. *Nuances*, 6, 193-201.
- Mermet, J. (1995). *Bibliography on street children*. Geneve: UNICEF.
- Noto, A. R., Nappo, S., Galduróz, J. C. F., Mattei, R. (1996). *IV Levantamento sobre o uso de drogas entre crianças e adolescentes de rua de seis capitais brasileiras*. São Paulo: AFIP e CEBRAP.
- Oliveira, W. de, Baizerman, M. & Pellet, L. (1992). Street children and their helpers: Comparative views on aspirations and needs. *International Social Work*, 35, 163-176.
- Pereira, J. C. R. (1999). *Análise de dados qualitativos: Essencial para as ciências da saúde, humanas e sociais*. São Paulo: Alameda.
- Pereira, J. C. R. & Saes, S. G. (1995). Avaliação de eficácia e tecnologia: Um estudo de caso. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 6(3), 308-317.
- Pilotti, F. (1995). Crise e perspectivas da assistência social no Brasil. Em F. Pilotti & I. Rizzini (Orgs.), *A história das políticas sociais, da legislação e da assistência social* (pp.11-45). Rio de Janeiro: Instituto Interamericano de Desenvolvimento Social, Universidade Santa Úrsula, Amais.
- Rigon, J. M. & Romanelli, G. (2000). Adolescentes e consumo de crack em Ribeirão Preto. Em S. H. Kolle (Org.), *Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo*.
- Rizzini, I. & Rizzini, I. (1996). “Menores” institucionais: A história da assistência social de rua. Em A. Fausto & R. Cervini (Orgs.), *O Brasil e os adolescentes no Brasil urbano dos anos 80* (2ª ed., pp. 11-45). Cortez.
- Romesburg, C. H. (1990). *Cluster analysis for researchers*. San Diego: Academic Press.
- Rosenberg, F. (1994). *Contagem de crianças e adolescentes em situação de rua em São Paulo*. Relatório Técnico, Secretaria de Bem-Estar Social. São Paulo.
- Santos, A., Silva, A., Reppold, C. T., Santos, C. L., P. B. & Alves, P. B. & Koller, S. H. (1998). Crianças e adolescentes em situação de rua: Um estudo descritivo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(4), 441-447.
- UNICEF - United Nations Children's Fund (1991). *Street children*. Oxford: Oxford University.
- UNICEF - United Nations Children's Fund (1993). *Street children*. Oxford: Oxford University.
- Valladares, L. P. (Org.) (1988). *A “infância pobre” no Brasil*. São Paulo: Alameda.